

DESENVOLVIMENTO INFANTIL, MORALIDADE E PRÁTICA PEDAGÓGICA

JUAN JOSÉ MOURIÑO MOSQUERA
Faculdade de Educação da UFRGS

RESUMO

Discussão de diferentes autores que, dentro de suas obras, analisam as idéias de Jean Piaget. Segue-se um roteiro ideacional do desenvolvimento do pensamento lógico infantil, destacando-se o aspecto moral e os valores nas diferentes idades. Finalmente, apresenta-se a listagem de práticas pedagógicas que o trabalho de Piaget propicia como uma contribuição normativa para professores e educadores em geral.

“Toda nossa dignidade consiste no pensamento. Trabalhem pois para bem pensar: eis o princípio da moral!”
Pascal.

“As regras morais que a criança aprende a respeitar, lhes são transmitidos pela maioria dos adultos, isto é, ela as recebe já elaboradas, e, quase sempre, elaboradas, nunca na medida de suas necessidades e de seu interesse...”
Piaget.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Battro (1971) o livro "O julgamento moral na criança" de Jean Piaget é um estudo sistemático da socialização do pensamento infantil. Socialização, esta, que constitui o oposto do egocentrismo.

Tal idéia é corroborada por Brown (1972) que manifesta ser a *socialização* a aquisição de valores que redundam, posteriormente, em conceitualizações. O tema da moralidade e dos valores é, hoje, de importância bastante significativa, já que os inumeráveis conflitos e discórdias no mundo inteiro patenizam a necessidade de melhor conhecimento dos homens, das suas culturas e níveis de expectativa, para poder educar de forma mais conveniente e adequada. Jean Piaget, depois de Freud, tem sido o autor que mais contribuiu para a psicologia moderna através de pesquisas originais e sempre renovadas, na incrível façanha de encontrar no mundo infantil a origem e desenvolvimento do significado humano.

Considerando que o tema central da psicologia social é o da socialização ou culturação da criança, a contribuição piagetiana atende a dinamismos mais amplos, que no nosso entender, podem ajudar no sentido de que práticas são coerentes e adequadas na ação pedagógica.

Outra consideração está em que uma cultura é um sistema de regras para guiar o comportamento, um sistema compartilhado pelos membros de uma sociedade. É evidente que estas regras se transmitem socialmente, a geração nova as aprende da antiga e, pela sua vez, uma sociedade as pode tomar de outra.

Brown (1972) opina que as pesquisas de Genebra são importantes para a psicologia social, por serem um pano de fundo ou preparação para a aculturação. O exemplo mais nítido seria a obra *O julgamento moral na criança* que se ocupa de como as concepções e regras se manifestam na ação recíproca social, envolvendo a aprendizagem de regras no jogo de bolinhas de gude e as concepções morais de justiça e mentira.

Parece ser, ainda, que esta obra é o começo de um grande tema inesgotável e desafiador: o lado intelectual da aculturação. As normas que guiam o comportamento são, sem dúvida, um sistema intelectual de grande complexidade e parece ser provável que a compreensão que a criança tem das normas é uma função do nível de desenvolvimento alcançado pela sua inteligência. Este trabalho de Piaget abre a perspectiva do aspecto intelectual da aquisição de valores.

2 IDÉIAS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Wyss (1975) assinala, citando Piaget, que a criança deve aprender trabalhosamente que coisas pertencem a esfera do seu "eu" e que outras coisas pertencem ao ambiente. Não existe o "eu" autônomo desde o primeiro dia do nascimento, senão que se constitui gradualmente, a partir do meio ambiente, até adquirir as formas abstratas.

É importante salientar que o homem não chega ao mundo como sócios, senão como indivíduo. Morre também como indivíduo. Cada pessoa é um corpo, completo em si mesmo, porém quase permanente na comunicação com o mundo.

O homem entre o seu nascimento e a sua morte passa sua vida em uma Sociedade, e está dirigido para os outros. Sofre as influências e as pressões de pais e educadores. O indivíduo amadurece e se forma através do ensino da educação, da religião e da sociedade. As pessoas que formam as instituições determinam as esperanças, exigências e regras que compõem o âmago da moralidade.

Segundo Maier (1971) Piaget reconhece uma série de tendências básicas que transcendem todos os processos de desenvolvimento. São:

- Todo desenvolvimento se ajusta a uma mesma seqüência. No princípio da vida dá uma sorte de transposição metamórfica dos processos orgânicos em processos volitivos;
- Todos os fenômenos do desenvolvimento refletem uma tendência natural à mudança, desde uma complexidade simples para uma complexidade cada vez mais acentuada;
- Cada aspecto do desenvolvimento principia com experiências ou problemas correntes e concretos. Só depois de dominar totalmente uma experiência concreta, o desenvolvimento se orienta para o conhecimento de sua correspondente abstração;
- O desenvolvimento da personalidade passa da experiência com o *mundo físico* à experiência com o mundo *social* e finalmente com o mundo *ideacional*. Cada nova dimensão é experimentada primeiro através de suas realidades físicas, antes de que possam incorporar-se considerações de tipo social, e mais tarde ideacional;
- O desenvolvimento da personalidade inicia com uma orientação egocêntrica, passa por um período de apreciação objetiva pura e, à medida que se avança para a maturidade, surge um sentido de relatividade;

- O comportamento intelectual se desenvolve descritivamente da atividade sem pensamento ao pensamento com menor ênfase na atividade. Em outros termos, o comportamento cognitivo se desenvolve do *fazer ao fazer* com conhecimento, e finalmente à conceitualizações;
- Um objeto se conhece primeiro pelo seu uso, logo pela sua permanência, seu símbolo representativo, seu lugar no espaço, suas qualidades, e finalmente pela sua relatividade no espaço, o tempo e utilidade;
- As ações de todos os objetos são atribuídas *ao animismo*. Posteriormente, este se delimita aos objetos que se movem, e com o tempo, unicamente àqueles que se perpetuam a si mesmos. Somente a aquisição do pensamento cognitivo permite uma explicação mediante realidades naturais ou mecânicas;
- O sentido de ética e de justiça (consciência) se fundamenta primeiramente na completa adesão à mutualidade, à reciprocidade social e, finalmente, pela adesão à integridade social.

Outros conceitos fundamentais que convém lembrar são os de: *assimilação e acomodação*.

Para Piaget (1977a), assinalando o ponto de vista biológico, a assimilação é a integração de elementos externos em estruturas em desenvolvimento, ou já completas, de um organismo. Lerbert (1970) diz que a assimilação é o fator de permanência e de continuidade das formas do organismo.

Piaget (1977a) nos esclarece dizendo que “chamaremos acomodação qualquer modificação de um esquema ou estrutura de assimilação pelos elementos assimilados.” Lerbert (1970) considera que a acomodação é toda modificação de esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores as quais estes se aplicam.

Outro importante conceito é o de *adaptação* que para Piaget (1977) consiste em um equilíbrio entre a assimilação e a acomodação. Reforçando esta idéia, Lerbert (1970) diz que “é a procura de equilíbrio entre a assimilação e a acomodação”... duas noções de ordem puramente funcional.

Parece importante ter em mente que estes conceitos jogam um papel importante na compreensão da dinâmica da personalidade humana em todas as suas áreas e refletem o tipo de conhecimento e aquisição de formas instrumentais de agir da pessoa nas diferentes idades.

Passemos agora a estudar algumas conceituações, diríamos melhores idéias a respeito de *moralidade* e suas manifestações.

López Castellón (1972) chama a atenção para a necessidade de que toda Ética tenha como base o conhecimento científico do homem. Acrescenta, ainda que se a Psicologia não der normas de ação nem orientar ao homem com vistas à solução de seus problemas mais graves e urgentes está condenada a converter-se em uma atividade dissociada do real, faltando ao objetivo fundamental que nas suas origens se propusera.

Logo, parece que o estudo do comportamento moral é da mais alta importância, pois através dele podemos encarar os diferentes fatos que convulsionam a vida humana.

Wellman (1975) adverte que os argumentos usados para estabelecer e reconhecer uma moral específica, parte, frequentemente, de duas curtas premissas: como se *dão* os fatos e como *são* os princípios éticos. Reconhecemos, aqui, a necessidade, uma vez manifestada, da análise dos comportamentos humanos, assim como os padrões culturais estabelecidos como "*bens*" gerais.

Piaget (1973) chama a atenção, por sinal de maneira bem adequada, de que nem sempre as explicações tipo *psicogênese* ou *sociogênese*, independentemente, conseguem explicar a realidade comportamental, que é básica para uma análise dos padrões e motivos que as sociedades admitem e aceitam para os seus membros. O mental, pois, joga um papel preponderante pois é o sujeito que compreende o mundo ao seu redor e o elabora e devolve em ações.

Um enfoque complementar é dado por Wright (1974) que afirma que na atualidade se reconhece, amplamente que os jogos constituem uma analogia ou modelo esclarecedor para outras atividades sociais "mais sérias". Temos o jogo político, o jogo econômico, o da investigação científica e, ainda, entre outros, o jogo da guerra.

Embora os jogos estejam, aparentemente, *divorciados* da vida real, eles são grande parte da vida, pois nos desempenhamos atendendo a papéis que são mais adequados a nós ou convenientes.

O traço mais importante do jogo é que se trata de uma atividade na qual as regras governam e controlam as ações. Acrescenta Wright (1974) que não há jogo possível sem regras e sem obediência a estas regras.

Convém esclarecer, agora, em que consiste a regra. Parece que além das normas formuladas sobre o que as pessoas devem ou não devem fazer, a noção de regra se refere aos costumes, tradições, convenções e normas tácitas e ainda não formuladas.

É interessante fazer uma distinção clara entre regras nas quais podemos reconhecer a diferença existente entre as regras convencionais sobre formas de vestir ou de comer e as que se referem ao cumprimento de promessas, ou a honestidade, o respeito pelos direitos do indivíduo e a simpatia pelos necessitados. As primeiras podem ou não ser credoras à denominação de morais, as últimas, sempre o são.

Depreende-se que a *MORAL* não é um jogo ou uma atividade a mais que se diferencia pela natureza das suas regras. O melhor seria denominá-la de *META-JOGO*. A diversidade está em no jogo puro e simples podemos quebrar as regras o que não acontece no *META-JOGO*.

Temos ainda que o conceito de toda *regra moral* forma parte de uma rede de conceitos relacionados entre si, que compõem o que pode chamar-se a linguagem da obrigação moral.

Finalmente diríamos com Wright (1974) que “*o comportamento moral são todas as diversas coisas que as pessoas fazem em relação às regras morais*”.

É conveniente lembrar, ainda, que, segundo Oerter (1975a) que o comportamento humano é diferente quando a pessoa adota decisões sobre objetos — e sobre as relações existentes entre eles — que possuem um signo de valor. Acrescenta: “O pensamento do homem gira em grande parte em torno a objetos e situações que são desejáveis ou que devem evitar-se”.

3 O JULGAMENTO MORAL NA CRIANÇA SEGUNDO JEAN PIAGET.

Em 1932 foi publicado o trabalho *O julgamento moral na criança* de Jean Piaget que serviu de base para numerosos trabalhos em várias partes do mundo.

Piaget (1976b) se posiciona de imediato sobre o que seja moral dizendo: “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. O temário da obra trata de ser “sondagens que permitam a todos aqueles que vivem com as crianças e que estão em condições de observar suas reações espontâneas, a construção de seu próprio edifício. A moral infantil esclarece, de certo modo, a do adulto. Portanto, nada é mais útil para formar os homens do que ensinar a conhecer as leis dessa formação.”

O livro compreende quatro capítulos ou seções. Os três primeiros contêm investigações experimentais piloto sobre o pensamento moral de criança suíça de diferentes idades. O quarto capítulo é um resumo geral da posição teórica de Piaget.

Tanto Biaggio (1975) quanto Schraml (1977) e Wright (1974) trataram de sintetizar a importante apontação de Piaget, que coincide com relato feito por este autor de maneira bastante fiel.

O primeiro capítulo examina o conceito infantil acerca da natureza e funcionamento das regras de um jogo, o jogo das bolinhas de gude.

Preferiu Piaget considerar as regras no contexto de um jogo porque isto significa evitar a influência de ensino adulto e, assim, estudar diretamente o pensamento espontâneo da criança. Ao mesmo tempo podia observar *como* a concepção das regras para a criança se relacionava com sua *conformidade* a essas regras.

O método de Piaget consistia em brincar com uma criança, fingindo ignorância acerca das regras e formulava perguntas com o objetivo de que a criança explicasse estas regras.

Os resultados revelaram uma mudança notável no conceito infantil de regra ao longo das idades incluídas na amostra. A criança pequena (entre 5 e 7 anos de idade, aproximadamente) percebia as regras como emanadas da autoridade dos maiores (crianças mais velhas, adultos) e de Deus. Parecia então, que as regras eram sagradas e, conseqüentemente, invioláveis. Tinham sido sempre iguais e não era possível modificá-las. Paradoxalmente, as crianças trocavam as regras segundo a sua conveniência sem envergonhar-se por isto.

Já para uma criança de 10 a 11 anos o conceito de regra era muito diferente. Parecia-lhe que as regras tinham sido inventadas pelas próprias crianças. Tinha internalizado as mesmas. Experimentava a sensação de que eram suas e, portanto, podia modificá-las. O próprio Piaget (1976) diz que: "regra coletiva, primeiro, é algo externo ao indivíduo e conseqüentemente é sagrada, logo à medida em que o indivíduo a vai interiorizando, principia a considerá-la como livre produto do consentimento mútuo e da consciência autônoma."

No segundo capítulo, Piaget (1977) examina os critérios que adota a criança quando leva a efeito seus julgamentos morais. Expondo às crianças situações hipotéticas formuladas em forma de histórias breves, as interrogativas com o objetivo de que avaliassem o que estava incorreto na ação e, ao mesmo tempo, explicassem *porque* era incorreto. Tais situações, se referiam a mentiras ou furtos atribuídos a crianças.

No que diz respeito aos resultados a criança pequena pode discriminar entre ações intencionais e não intencionais, mas ao fazer a sua avaliação não leva em conta a intenção, ou só a considera em pequena medida.

Os julgamentos se centram nos danos específicos provocados pela ação. Por outro lado, os julgamentos da criança são *objetivos* em quanto tendem a medir a gravidade de uma mentira pelo grau com que esta se afasta literalmente da verdade: uma fantasia sem pés nem cabeça e completamente não convincente se considera mais incorreta que uma mentira realista e exitosa. As mentiras são más porque se recebe castigo quando se mente, e mentir aos adultos é pior que mentir aos iguais.

No que diz respeito às crianças mais velhas, revelaram que mesmo levando em conta as conseqüências materiais de um ato, seus julgamentos dão prioridade a atenção. Por isto, uma falsidade destinada a enganar é *obviamente*, pior que a ignorância ou o erro. Mentir à autoridade não é, necessariamente, pior que mentir a um igual. A Razão por considerar a mentira má reside em sua traição à verdade, sem a qual se torna impossível toda interação social frutífera.

O terceiro capítulo se ocupa sobre as idéias da criança acerca do castigo e da justiça. Piaget utilizou, essencialmente, a mesma técnica que no segundo capítulo: apresentava situações hipotéticas e convidava às crianças a expressar a sua opinião a este respeito. Os resultados foram interessantes. Nas crianças pequenas, por exemplo, sentem a necessidade de equilibrar as suas faltas com algum tipo de castigo que se pode denominar de expiatório. O que aqui importa é que o indivíduo deva pagar sua falta com alguma classe de sofrimento e, é freqüente que um maior grau de sofrimento se considere melhor.

A obediência passa a ser sinônimo de virtude e se aceita como justo o castigo decretado pela autoridade.

A criança mais velha considera o castigo de maneira diferente. Seu propósito não consiste em equilibrar a falta senão fazer ver ao culpável a natureza da sua má ação e dissuadi-la para futuras ocasiões. O castigo deve adequar-se à falta tanto como seja possível. Isto quer dizer que se trata de sanção por *reciprocidade*.

Piaget fez uma divisão interessante que consiste destacar dos tipos de moral: *O realismo moral* que é típico das crianças pequenas e que radica no suposto de que as regras morais são externas e emanam da autoridade. *A moral de cooperação* ou reciprocidade que radica no conhecimento que a criança tem sobre a vida, as relações humanas e uma crescente autonomia. Este tipo de moral é típico das crianças mais velhas. É evidente que este último tipo de moral é, segundo Piaget, mais adequado e conveniente.

A última parte do livro, capítulo quarto, Jean Piaget se posiciona e tece alguns comentários críticos especialmente a Durkheim, do qual discorda, já que

este autor diz que a moralidade é apenas aprendida através da imposição por uma autoridade.

As observações que realizou o levaram a crer que a cooperação com os colegas é necessária para que uma pessoa internalize e aceite certos valores morais. Enfatiza ele, o desenvolvimento pela autoridade, e o desenvolvimento de uma atitude em relação à moral que se baseia no respeito mútuo.

Para esclarecer melhor as idéias trabalhadas colocamos os estágios que Schraml (1977) sintetiza a partir do trabalho de Piaget:

a) 1º ESTÁGIO (cerca do 1º ou 2º ano de vida) — É a época da ação motora individual. A criança age segundo desejos próprios dando as regras a si mesma;

b) 2º ESTÁGIO (2º ao 5º ano de vida) — Piaget denomina-o de estágio egocêntrico; agora a criança recebe as regras de fora, porém transforma-as segundo a própria vontade. A criança ainda não está em condições de jogar dentro de um grupo, e mesmo se joga junto com outras, ela joga egocentricamente;

c) 3º ESTÁGIO (7º / 8º ao 10 ano de vida) — Agora as crianças se esforçam por se adaptarem umas às outras. Elas também percebem as regras de fora, possivelmente até regras divergentes, se vierem de regiões diferentes, mas apesar da diferença de regras elas cooperam;

d) 4º ESTÁGIO (cerca do 11º / 12º ano de vida) — PIAGET denomina este estágio de "estágio da codificação". Diversas regras compiladas no estágio anterior do jogo em comum agora são codificadas, ou seja, fixadas e colocadas numa forma. Há passagem da heteronomia para a autonomia.

4 . TRABALHOS POSTERIORES

O trabalho de Piaget ensejou uma série de pesquisas que se tornaram relevantes (Oerter, 1975b) embora possam existir críticas agudas (Gratiot - Alphantery & Zazzo, 1973).

Algumas, como cita Wright (1974), são:

- a) *Mudanças com a idade*, para testar as descobertas realizadas por Piaget. São importantes os trabalhos de Longhrum (1966); Najanian - Svajian (1966), Breznitz & Kugelmass (1967); Breznitz & Breznitz (1965);

- b) A preocupação em ver até que ponto a *inteligência* de uma criança está em relação direta com os seus julgamentos morais. É importante o estudo levado a efeito por Stuart (1967) com um teste de descentração;
- c) *As relações sociais* — as restrições ou permissividade paterna foram estudadas não se encontrando constatações o suficientemente adequadas. Por exemplo Mackae (1954) não encontrou atraso na compreensão moral de crianças cujos pais eram autoritários. Outras pesquisas deste teor questionam as figuras adultas;
- d) *Aprendizagem social* — Os experimentos de Bandura & Mac Donald (1969) demonstraram claramente que meninos entre 5 e 12 anos de idade podem sofrer um processo de modelação de tal modo que os maduros se tornam imaturos e, ao mesmo tempo, possa acontecer ao contrário.

5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O trabalho de Piaget propicia:

- abertura para contextos culturais serem analisados antes de implementar qualquer programação educacional;
- observação da gênese formal das *atitudes* e valores;
- reflexão sobre *como* se aprendem as atitudes e valores;
- colocar claramente o que são regras, justiça, castigo, cooperação, autonomia e livre capacidade de *bem conhecer*.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALDWIN, Alfred L. *Teorias de desenvolvimento da criança*. São Paulo, Pioneira, 1973.
2. BATTRO, Antonio M. *El pensamiento de Jean Piaget*. Buenos Aires, Emecé, 1971.
3. BIAGGIO, Ângelo M. Brasil. *Psicologia do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1975.
4. BROWN, Roger. *Psicologia social*. México, Siglo Veintiuno, 1972.
5. GRATIOT-ALPHANDÉRY, H. & ZAZZO, R. *Tratado de psicología del niño*. Madrid, Morata, 1973. v.4.
6. LERBERT, Georges. *Piaget*. Paris, Ed. Universitaires, 1970.
7. LÓPEZ CASTELLÓN, Enrique. *Psicología científica y ética actual*. Madrid, Fragna, 1972.
8. MAIER, Henry W. *Tres teorías sobre el desarrollo del niño: Erikson, Piaget, y Sears*. Buenos Aires, Amorrortu, 1971.

9. OERTER, Rolf. *Moderna psicología del desarrollo*. Barcelona, Herder, 1975a.
10. _____. *Psicología del pensamiento*. Barcelona, Herder, 1975b.
11. PIAGET, Jean. *Estudios sociológicos*. Rio de Janeiro, Forense, 1973.
12. _____. *O julgamento moral na criança*. São Paulo, Mestre Jou, 1977a.
13. _____. A teoria de Piaget. In: CARMICHAEL, Leonard. *Manual de psicologia da criança*. Org. Paul H. Mussen. São Paulo, EPU, EDUSP, 1977b. v. 4.
14. SCHRAML, Walter J. *Introdução à moderna psicologia do desenvolvimento para educadores*. São Paulo, EPU, EDUSP, 1977.
15. WELLMAN, Carl. *Morals & ethics*. Glenview, Scott, Foresman, 1975.
16. WRIGHT, Derek. *Psicología de la conducta moral*. Barcelona, Planeta, 1974.
17. WYSS, Dieter. *Estructuras de la moral*. Madrid, Gredos, 1975.

ABSTRACT

Discussion of different authors who, in their work, analyse Jean Piaget's ideas. A rationale explaining the development of the child's logical thought follows, giving prominence to the moral aspect and the values in the different ages. Finally, a list of the pedagogical practices, which Piaget's work furnishes as a norm for teachers and educators in general, is presented.

(Recebido para publicação em 06.05.78)